



Sarney pede maior participação na Constituinte

Presidente instala Comissão Provisória e diz que ela não substituirá o Congresso nem o povo

O presidente José Sarney afirmou ontem, ao instalar a Comissão Provisória para Estudos Constitucionais, que seus integrantes deverão reunir-se para "ouvir a Nação discutindo com o povo as suas aspirações. Estimular a participação da cidadania no processo de discussão da natureza e fins do Estado e estimulá-la a escolher bem os delegados constituintes". O Presidente frisou que "a comissão não substituirá o Congresso nem substituirá o povo".

Segundo Sarney a comissão será na verdade uma ponte de alguns meses entre "a gente brasileira e os representantes que ela elegerá". Servir, a ainda como uma área de discussão livre e informal das razões nacionais, submetendo ao debate público teses básicas quanto ao Estado, à sociedade e à Nação. Ele garantiu ainda que a comissão não se reunirá para "ditar aos constituintes que textos devem aprovar ou não".

Apesar de distribuídos cerca de 700 convites, o Salão Negro do Ministério da Justiça não chegou a receber mais de trinta pessoas. A presença de políticos, ao contrário do que se esperava, também não foi expressiva. O próprio presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, esteve no Palácio do Planalto na cerimônia de abertura da Semana da Pátria, meia hora antes, mas não foi à instalação da comissão.

OS DISCURSOS

Na solenidade, primeiro o jurista Afonso Arinos leu um discurso de seis laudas, bem maior que o do presidente Sarney, que se restringiu a duas laudas. De Arinos a plateia ouviu a garantia de que o resultado dos trabalhos da comissão terá, a forma de um anteprojeto de Constituição:

— Por mais que existam divergências a este respeito manifestadas por pessoas entidades ou grupos, que a comissão respeita mas não aceita, cumpriremos em toda a plenitude o mandato recebido do Poder Executivo. Não nos submetemos a bloqueios e impedimentos, o que seria de nossa parte uma fuga ou tração. Isso não significa, porém, que a comissão não reconheça a validade de iniciativas paralelas, venham elas do Congresso Nacional ou de entidades culturais e profissionais.

Neste ponto ele concordou com o ministro da Justiça Fernando Lyra, que discursou a seguir. Segundo Lyra, não será a comissão do Executivo a única a realizar estudos constitucionais, uma vez que o Congresso também instituiu a sua. Citando o ex-presidente Tancredo Neves ele afirmou que "A Constituição não é obra de um só homem, por mais sábio que ele seja, nem de um grupo de homens. A Constituição deve ser obra de um povo inteiro".

O ministro da Justiça disse ainda que a Comissão irá fazer com que a Constituição seja "instrumento de paz, prosperidade e soberania".

"Nada de imposições ideológicas"

Redigido o anteprojeto constitucional do Executivo ele voltará ao debate público, enquanto se processa a campanha eleitoral para a escolha do Congresso Constituinte. E caberá aos delegados da Nação, eleitos com o mandato expresso de constituintes, o ato soberano de aceitar, emendar ou rejeitar a proposta de lei fundamental que lhe encaminharemos.

Neste parágrafo o presidente da missão Provisória de Estudos Constitucionais, jurista Afonso Arinos de Melo Franco, resumiu a contribuição que o grupo de trabalho do qual faz parte pretende dar à Nação e o encaminhamento proposto para o resultado dos estudos e pesquisas dos 51 membros da comissão.

O papel da comissão, durante esta tarefa será, segundo Arinos, o de recusar a influência privada de classes sociais ou imposições de ideolo-



O DISCURSO DO PRESIDENTE

"Torno realidade neste instante, ao instalar esta comissão um dos mais claros, ou melhor, uma determinação, um desejo e determinação do nosso saudoso líder, presidente Tancredo Neves.

O Estado tem que ter a sua Constituição. E a Constituição de um Estado só estará voltada à duração e ao respeito da comunidade se surgir do possível, isto é, da vontade predominante em um tempo e em uma sociedade.

Presidente da República, com a consciência de minha responsabilidade neste tempo nacional, empenho-me em buscar para a Nação os instrumentos jurídicos de sua segurança, do bem-estar e da liberdade do seu povo. Uma das mais fortes reivindicações dos brasileiros, exposta na literatura política, nos discursos parlamentares, e na impetuosidade dos comícios populares do ano passado, foi a de que dessemos uma legítima ordem constitucional ao Brasil.

Esta população esteve presente nos pronunciamentos de todos os líderes de nossa aliança democrática, hoje no governo. E Tancredo Neves nos deixou como instrução de serviço à Pátria.

Dele ficou a sugestão de que criássemos esta Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Coube-lhe, com o discernimento político que todos reconhecemos, convocar, para que a ela presidisse, esta figura exemplar de mineiro e de pensador que é o mestre Afonso Arinos de Melo Franco. Sabia Tancredo que, ao convocar Afonso Arinos, convocava, no tempo e na sabedoria, o melhor de Minas no cenário nacional.

Afonso Arinos procede dos mais rijos troncos que, vindos de Portugal, cresceram nas montanhas de Minas.

O grande constitucionalista e homem público é uma dessas unanimidades nacionais. Por si e pelos que lhe foram anteposados nesta linhagem de saber e de servir, ninguém seria melhor para a missão de presidir a esse grupo de homens que, a nosso pedido, irá encarregar-se de oferecer subsídios à Assembleia Nacional Constituinte.

Eles não se reunirão para ditar aos constituintes que textos devem aprovar ou não. Eles irão reunir-se para ouvir a Nação, discutir com o povo as suas aspirações, estimular a partici-

pação da cidadania no processo de discussão da natureza e fins do Estado, estimulá-la a escolher bem os delegados constituintes.

E singular a situação histórica em que nos encontramos, mas todas as situações históricas são singulares. O tempo parece e renasce a cada segundo, e em cada segundo percebem e nascem as circunstâncias políticas.

Sem uma ruptura do Estado — e devemos dar graças a Deus por tê-la evitado — não nos cabia outra saída que a de convocar a Assembleia Nacional Constituinte com a solidariedade do Congresso Nacional.

O que faz a autenticidade das Constituições não é a forma de convocar-se o Colégio Constituinte com a solidariedade do Congresso Nacional.

O que faz a autenticidade das Constituições não é a forma de convocar-se o Colégio Constituinte: é a submissão do texto fundamental à vontade e à fé dos cidadãos. Essa vontade e essa fé, para que se manifestem, reclamam discussão franca e serena reflexão. Para promover esta discussão, recolher e codificar a reflexão que ela provoca, encontram-se aqui alguns dos mais ilustres e honrados cidadãos deste País. Sou responsável pela escolha deste grupo, e fico feliz em lhes dizer que não foi fácil a decisão. O Brasil dispõe de milhares e milhares de homens e mulheres capazes de interpretar o sentimento do povo, e de submeter-se à razão do povo, e de servir com alegria ao povo.

A comissão não substituirá o Congresso nem substituirá o povo. Será, na verdade, uma ponte de alguns meses entre a gente brasileira e os representantes que ela elegerá. Servirá como uma área de discussão livre e informal das razões nacionais, submetendo ao debate público teses básicas quanto ao Estado, à sociedade e à Nação.

Agradeço aos membros da comissão que acederam a oferecer seu tempo, sua inteligência e sua sabedoria à Pátria. Para todos eles é um sacrifício deixar as suas atividades habituais e participar deste grupo de trabalho e meditação.

Em nome da República, e dos brasileiros, assino-lhes a gratidão nacional. Muito obrigado"

mesmo tempo parte do todo. Isto é, "cada um representa só parte do povo, embora deva ter uma visão total dos deveres e tarefas do governo".

Povo — afirma ele — em Direito Constitucional, quer dizer eleitorado e não população. E como as maiorias eleitorais só se definem por meio dos partidos políticos, segue-se que o povo juridicamente organizado, exprime-se afinal, pelas maiorias partidárias no seio do Poder Legislativo.

Para Arinos é evidente a "incumbência capital" dos partidos políticos na futura Constituinte, sem os quais, conforme afirmou, "não haverá Constituição duradoura". acrescentando que se os partidos não funcionarem e não cumprirem sua missão insubstituível a eles atribuídos pela democracia moderna, a Constituinte não terá cumprido o seu papel".

Ministro ressalta valor da comissão

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, ao discursar ontem na instalação da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, afirmou que, os 50 membros nomeados para compor o grupo pelo presidente Sarney "não foram recrutados no silêncio dos mosteiros ou na calma das bibliotecas mas sim em plena atividade, na direção das grandes empresas, no saguão dos tribunais, nas universidades e no calor da vida".

Segundo ele, a comissão presidida por Afonso Arinos e formada de "personalidades ilustres", irá enriquecer o debate constitucional e contribuir para que a Lei Magna, a ser redigida pelos representantes do povo brasileiro, "seja instrumento de paz, da prosperidade e da soberania do Brasil". Referindo-se a Arinos ele afirmou que "neste País, poucos homens podem exibir tantos títulos de inteligência".

Após afirmar ter sido o ex-presidente Tancredo Neves um dos mais ferrenhos defensores do reordenamento político do País e portanto da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, Lyra identificou como fonte desta "extraordinária sabedoria política", a ligação sempre presente do ex-presidente com o povo. Segundo ele, Tancredo acreditava que "não são os líderes os que conduzem o povo sob as coloridas e debéis bandeiras da demagogia, mas os que vão à frente da Nação pelos caminhos que o povo escolhe".

— Com todo o enorme respeito que tenho para com Tancredo — lembra porém, Lyra — devo reconhecer, no respeito à verdade histórica, que a campanha que levou à restauração do poder civil foi uma imposição da gente brasileira. Se não levantássemos, como os levantamos, os estandartes que esta gente trazia, outros os levantariam e os confrontos seriam inevitáveis.

Lyra poderou entretanto que apesar de ser a nova Carta o grande instrumento de consolidação das mudanças irreversíveis de que falava Tancredo, "é necessário que este período de transição até a Constituinte, seja ocupado com um trabalho reformador".

Ausência de Ulysses foi a mais notada

O presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, não compareceu ontem à instalação da Comissão Pré-Constituinte do Governo, presidida por Afonso Arinos, numa atitude interpretada como uma solidariedade à comissão constitucional da Câmara, instalada na semana passada, com a participação de todos os partidos.

Ulysses, que estivera no Palácio, poucos minutos antes da solenidade, participando da abertura oficial da semana da Pátria, justificou depois que não foi à Pré-Constituinte, porque não tivera condições, por falta de tempo, de comparecer a outras comissões dos vários segmentos da sociedade, que estão debatendo a Constituinte.

Ele, porém, foi mais tarde, cumprimentar o jurista Afonso Arinos, quando este compareceu à Comissão Mista do Congresso, que aprecia a emenda do presidente José Sarney, que convoca a Assembleia Nacional Constituinte.

Indagado sobre se a Comissão Arinos tinha poderes para apresentar um anteprojeto a Constituinte — o que constitui o ponto principal das críticas à comissão — Ulysses respondeu que, em caráter de contribuição, ela pode fazer qualquer coisa.

Ele destacou a soberania e a independência da Constituinte, que será eleita pelo povo a 15 de novembro de 1986 e considerou válidos todos aqueles subsídios partidos, tanto da Comissão Arinos como a da Comissão da Câmara constituída, de deputados.

Convocação à sociedade

EVELYN PENA
Da Editoria de Política

A convocação da sociedade brasileira para a realização de um debate nacional em torno da Assembleia Nacional Constituinte, além de um apelo aos meios de comunicação no sentido de que promovam uma extensa campanha esclarecendo a comunidade sobre o significado e a importância do tema foi a principal decisão aprovada pelo plenário da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, reunida ontem pela primeira vez.

Após mais de duas horas de reunião a portas fechadas, o presidente da Comissão, jurista Afonso Arinos de Melo Franco, declarou que a comissão está aberta a contatos, sugestões e estímulos por parte da opinião pública. Segundo ele, as propostas encaminhadas funcionarão como uma espécie de banco de dados e subsídios à elaboração de um anteprojeto de Constituição, que no prazo de dez meses será encaminhado à análise da Assembleia Nacional Constituinte.

Esta não foi, porém, uma decisão pacífica no decorrer da reunião. A proposição original neste sentido, de iniciativa do jurista Miguel Reale Júnior, prontamente endossada pelo assessor especial de Sarney, Célio Borja, pelo jurista Miguel Reale, pelo procurador-geral da República Sepúlveda Pertence e pela jurista Rosah Russomano, membros da comissão, não parecia ser a intenção de Afonso Arinos.

A discussão foi árdua. Depois de ouvir de Miguel Reale a defesa do diálogo entre a comissão e o povo, de Célio Borja a necessidade de uma manifestação oficial da comissão convocando a sociedade ao debate e de Pertence que ela deve se colocar na função fundamental de aceitar e provocar debates, Arinos ponderava ainda que "não se deve suscitar um tipo de ilusão correspondente ao exercício da democracia direta e nem se aceitar a pressão popular como se fosse pressão partidária".

Para Arinos a Constituinte deve ser democrática e representativa. Por reconhecer que no Brasil todos os partidos políticos estão em crise, sendo

ainda muito grandes as dificuldades para que retomem sua representatividade, ele dirigiu um apelo à comissão para que se interessem pelos partidos e protestem contra sua inação. Segundo ele, cabe aos partidos servir como veículo de transmissão das aspirações e das revoltas do povo contra os regimes dos últimos 20 anos.

— A nossa comissão não pode ficar atrás de uma máscara. Não pode se iludir, ela tem que examinar esta questão com serenidade e coragem — ponderou ele. Por favor reflita sobre o que eu disse. Desculpe, mas tenho que dizer isso. Todas estas palavras a respeito das consultas às massas eu as apoio, estou de acordo, mas tenho que pensar na sua operatividade política. A comissão deve realizar uma obra possível e uma obra possível no Brasil de hoje é quase impossível.

Para fortalecer sua posição Arinos citou o trabalho "Por uma Nova Constituição. As aspirações nacionais", publicado em 1984 pela Fundação Getúlio Vargas, contendo entrevistas com 3 mil populares sobre a Constituinte. Ele pediu que levantassem a mão os que tivessem lido o trabalho. Diante da manifestação de apenas sete dos presentes ele concluiu que as pesquisas deram muito trabalho e pouco resultado.

Pressionado porém durante toda a reunião sobre a necessidade de abertura dos trabalhos da comissão às sugestões da sociedade, Arinos concordou em apresentar a imprensa as propostas encaminhadas.

— Vou falar com os jornalistas por decisão de vocês, meus queridos — disse ele comovido. Estou velho, cansado, mas não estou desiluído. Sem vocês não posso fazer nada. E no dia em que eu me convencer de que não posso mais fazer nada, a vida não terá sentido. Acho também que cada um de vocês deve se manifestar, em cada área, em cada sindicato. Devemos estar abertos às influências de todo o País. Muito obrigado. Estou muito emocionado. Vamos terminar porque eu não quero chorar aqui.

A comissão já marcou uma reunião para o próximo dia 16, no Rio de Janeiro.

"Isso quem vai fazer sou eu"

Depois de afirmar em discurso, citando Tancredo Neves, que a Comissão Constitucional tem por missão encaminhar à futura Constituinte um esboço da nova carta a ser aceita, modificada ou rejeitada, o jurista Afonso Arinos reafirmou que assim procederá, apesar do decreto de criação da Comissão, expedido pelo presidente José Sarney, falar apenas em estudos constitucionais.

A íntegra da entrevista: O presidente acaba de afirmar que a Comissão será uma ponte entre as aspirações da Nação e o futuro Congresso Constituinte, como isso funcionará na prática?

— Nós teremos comitê de recepção de sugestões dentro da estrutura da Comissão. Essas sugestões serão encaminhadas ao Serpro, para processamento, e serão transformadas em uma espécie de resumo das contribuições.

O senhor reafirmou que a Comissão vai mesmo enviar um anteprojeto de Constituição à futura Constituinte. Isso é coerente com o decreto que a criou?

— Eu acho que sim. Sempre foi assim, em toda a história da República houve. Eu tenho essa opinião, eu sou presidente da Comissão e vou fazer um anteprojeto de constituição.

Então o senhor tem autonomia para traçar o destino dos trabalhos da Comissão apesar



Afonso Arinos

do decreto presidencial? —Tenho autonomia, tenho hábito, conheço o assunto e os que estão falando contra não conhecem o assunto.

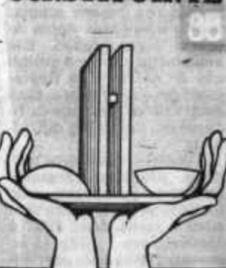
E juridicamente correto a comissão ter funções não estabelecidas pelo decreto?

—Minha filha, vou ter que explicar a você o que é um decreto. Você não sabe bem o que é um decreto. Decreto é uma medida administrativa. Tal como as leis. Ele pode ser suplantado pelos costumes e pelas tradições. Não fala disso porque você não conhece o assunto.

O senhor não acha que isso deveria ser debatido dentro da Comissão?

—Não. Isso quem vai fazer sou eu. Eu não quero responder a que você está perguntando. Eu só respondo dentro da Comissão. Entendeu?

CONSTITUINTE



Exército colabora com opinião técnica

O ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, disse ontem que as Forças Armadas, dentro das destinações constitucionais que lhes cabem, desde 1891, poderão contribuir com a Comissão Pré-Constituinte ontem instalada pelo presidente José Sarney, se esta solicitar colaborações "de ordem técnica", no que se refere a assuntos de interesse das Forças Armadas, especialmente do Exército.

Ele acredita que colaborações nesse sentido serão solicitadas, por entender que "essa comissão não será passiva. Vai pedir opiniões". No entanto, fez questão de dizer que "as Forças Armadas não são segmento político".

Bispo quer o povo participando mais

Belo Horizonte — A futura Constituição brasileira deverá "assegurar uma efetiva igualdade de direitos e possibilidades para todos os cidadãos, com a criação de um Estado participativo de descentralizado, onde as pessoas sejam convocadas a construir a história da Pátria dia a dia", declarou ontem o bispo da cidade fluminense de Caxias, dom Mauro Morelli. Destacou também que "a outra grande questão é o problema da terra, pois sem uma reforma agrária não conseguiremos viabilizar um país novo ou uma Nova República".

Dom Mauro Morelli, veio a Belo Horizonte fazer conferência sobre a importância da Assembleia Nacional Constituinte.

PT não reconhece a Comissão instalada

O deputado José Genoíno (PT/SP) explicou ontem, da tribuna da Câmara, o motivo da recusa do Partido dos Trabalhadores em aceitar o convite do Poder Executivo para a instalação da Comissão de Alto Nível encarregada de elaborar um anteprojeto de Constituição: "Nós, do PT, não reconhecemos esta comissão bionica, sem legitimidade, constituída de cabeças reacionárias", justificou.

O vice-líder do PT salientou que, no seu entender, as propostas para a elaboração de uma nova Constituição deverão nascer de um amplo debate popular, com a participação de todos os segmentos da sociedade, e não de uma comissão composta por juristas, empresários e intelectuais.

Historiadora quer Congresso de fora

Ao abrir ontem o ciclo de debates sobre a Constituinte, na Comissão mista encarregada de apresentar emendas ao projeto de lei do Executivo, a socióloga Maria Vitória Benevides não agradou aos poucos parlamentares presentes (oito ao todo). Ela defendeu a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte separada do Congresso, num prazo que não deve ultrapassar o primeiro semestre do ano que vem, indo contra o projeto do presidente Sarney, apoiado pela maioria do Legislativo. Pelo projeto original, os novos parlamentares eleitos em novembro de 86, mais os senadores eleitos em 82, terão os poderes constituintes.